

HUMANIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL: AÇÕES DE EXTENSÃO E IMPACTO

MUNIZ, A.A.R.A.M.; SOUSA, A. P. V. A.; TEODORO, M; SILVA, L. X.
E-mail. aline.muniz@docente.unievangelica.edu.br.

RESUMO

A curricularização da extensão está institucionalizada na UniEVANGÉLICA e atende a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 do Ministério da Educação. A atividade de extensão integra-se à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre a UniEVANGÉLICA e os outros setores da sociedade. Para proporcionar uma vivência mais próxima da sociedade e fora dos limites da instituição faz-se necessário a formulação de projetos integradores que garantirão aos alunos o domínio das competências e a vivência do trabalho prático; a partir da convivência com a sociedade é possível sensibilizar o aluno a enxergar as demandas sociais e ainda propiciar e estimular o trabalho em grupo. O presente projeto pretende a partir da visita técnica que os alunos do terceiro período farão à Unidade Prisional de Ceres, acompanhados e orientados pelo professor de Direito Penal, sensibilizar os alunos para os problemas enfrentados pelo sistema carcerário e os programas de ressocialização, com fulcro nos princípios constitucionais e uma visão humanística, por outro lado farão um estudo sobre a responsabilidade do Estado em relação ao preso bem como, as responsabilidades que poderão ser geradas pelo fato danoso provocado pelo crime. Além disso, o aluno terá contato real com os órgãos da execução penal previstos na Lei de Execução Penal (Lei 7210/84): juiz da execução penal; ministério público; conselho da comunidade e estabelecimentos prisionais. Poderá, ainda, constatar *in loco* a efetividade das atividades assistenciais previstas na Lei 7210/84, quais sejam: assistências à saúde, material, educacional, jurídica, social, religiosa, bem como as condições em que são cumpridas as penas privativas de liberdade previstas no ordenamento jurídico constitucional e infraconstitucional, com ênfase nos direitos humano.

PALAVRAS-CHAVE: Interdisciplinaridade; Ressocialização; Direitos humanos.

ABSTRACT

The curricularization of extension is institutionalized at UniEVANGÉLICA and complies with Resolution No. 7, dated December 18, 2018, from the Ministry of Education. The extension activity is integrated into the curriculum matrix and the organization of research, constituting an interdisciplinary, political-educational, cultural, scientific, and technological process that promotes a transformative interaction between UniEVANGÉLICA and other sectors of society. To provide a closer experience with society and beyond the institution's boundaries, it is necessary to create integrative projects that will ensure students master the required skills and gain practical work experience. Through interaction with society, students are encouraged to recognize social demands while fostering teamwork. This project aims, through the technical visit that third-period students will make to the Ceres Prison Unit, under the guidance of the Criminal Law professor, to raise students' awareness of the issues faced by the prison system and rehabilitation programs, based on constitutional principles and a humanistic perspective. On the other hand, they will study the state's responsibility regarding prisoners and the potential liabilities arising from the harm caused by crime. Furthermore, students will have direct contact with the criminal enforcement bodies outlined in the Penal Execution Law (Law 7210/84): the penal execution judge, the public prosecutor, the community council, and

prison establishments. They will also observe the effectiveness of the assistance activities provided for in Law 7210/84, including health, material, educational, legal, social, and religious assistance, as well as the conditions under which the penalties of deprivation of liberty are served, in accordance with constitutional and infraconstitutional legal frameworks, with an emphasis on human rights.

KEY WORDS: Interdisciplinarity; Resocialization; Human Rights.

INTRODUÇÃO

Para proporcionar uma vivência mais próxima da sociedade e fora dos limites da instituição faz-se necessário a curricularização da extensão e a formulação de projetos integradores que garantirão aos alunos do curso o domínio das competências, a vivência do trabalho prático, onde se articula os conhecimentos adquiridos com as atividades profissionais, a partir da convivência com a sociedade é possível sensibilizar o aluno a enxergar as demandas sociais e ainda propiciar e estimular o trabalho em grupo.

Além disso, a extensão promove uma aprendizagem significativa ao permitir que os alunos não apenas adquiram conhecimentos teóricos, mas também possam aplicá-los em situações reais, aproximando-os das complexidades do mundo exterior. Ao se envolverem com projetos integradores, os estudantes têm a oportunidade de desenvolver habilidades práticas e competências interpessoais essenciais para sua formação profissional, como a capacidade de resolução de problemas, empatia e adaptação a diferentes contextos. Esse processo contribui para a formação de cidadãos críticos e engajados, capazes de identificar e atuar frente aos desafios sociais, econômicos e culturais presentes na realidade da comunidade. Dessa forma, a integração da extensão à formação acadêmica fortalece a construção de um perfil profissional mais completo, preparado para contribuir de maneira efetiva e ética para o desenvolvimento da sociedade.

METODOLOGIA

A busca da articulação do ensino, com atividades de pesquisa e extensão define para o curso uma abordagem metodológica comprometida com a interdisciplinaridade, com o desenvolvimento do espírito científico, com a visão crítica da realidade local e regional, e autonomia intelectual do aluno.

Faz parte do currículo do Curso, dentro dos Direitos Humanos, que esse semestre é voltado para Segurança Pública, logo após fará uma visita à Unidade Prisional de Ceres acompanhados pelo

professor de Direito Penal. Após a sensibilização para os problemas observados pelos alunos, os mesmos serão estimulados a fazerem propostas de melhoria dos trabalhos de ressocialização, bem como apresentarão projetos e trabalhos sobre a responsabilidade do Estado para a comunidade, bem como propostas para melhoria da Segurança Pública, sempre orientados por seus professores.

A partir da produção dos alunos são elaboradas cartilhas que serão disponibilizadas nas redes sociais e no repositório do curso. Para maior acesso à população em geral, as cartilhas são apresentadas em escolas públicas e da rede particular.

RELATO DE EXPERIÊNCIA E RESULTADOS

O presente projeto visa, como resultado a ser alcançado, a formação de um novo perfil de acadêmico que não apenas compreenda, mas também esteja atento às necessidades sociais emergentes no contexto atual. Essa formação é fundamental para que os alunos desenvolvam habilidades que vão além da mera crítica ao sistema. O objetivo é capacitá-los a propor e implementar projetos exequíveis e práticos, que promovam uma interação mais profunda e significativa entre a sociedade e a instituição de ensino.

Ao preparar os alunos para serem agentes de transformação, este projeto não se limita apenas à população carcerária, mas busca impactar toda a comunidade. A atuação dos futuros profissionais do Direito será voltada para a criação de soluções inovadoras que abordam questões sociais complexas, incluindo a prevenção na Segurança Pública. Por meio da elaboração de projetos que visem à redução da criminalidade e à promoção de uma cultura de paz, os acadêmicos poderão contribuir de forma efetiva para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Imagem 1. Alunas do 3º Período de Direito e Policiais Penais

Fonte: Arquivo Pessoal

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a sensibilização do aluno para os problemas carcerários pretende-se que sejam elaborados estudos e projetos que possam ser utilizados como ferramentas para a ressocialização, combate ao crime e conscientização da sociedade civil, através dos Conselhos da Comunidade, Conselho Penitenciário e de Conselho de Segurança, bem como sobre a responsabilização do Estado, e a responsabilidade pelo ato danoso cometido pelo apenado. Também serão promovidos debates com os alunos do 3º ano das escolas de ensino médio da rede pública e privada.

Além disso, é fundamental que os alunos se aprofundem na compreensão das políticas públicas voltadas para a execução penal, explorando a importância dos mecanismos de controle social, como os Conselhos da Comunidade, o Conselho Penitenciário e o Conselho de Segurança, que desempenham um papel crucial na promoção de uma justiça mais humanizada e eficaz. Através dessa abordagem, os alunos não apenas se sensibilizam para os desafios do sistema carcerário, mas também se tornam agentes ativos na busca por soluções que contribuam para a redução da reincidência criminal e para a reintegração dos apenados à sociedade. Ao promoverem debates com os estudantes do ensino médio, será possível ampliar o alcance da conscientização sobre os direitos

humanos, a função do sistema prisional e a necessidade de um sistema de justiça mais justo e equitativo, incentivando a formação de uma sociedade mais crítica e comprometida com a transformação social.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a todos os envolvidos na implementação da curricularização da extensão na UniEVANGÉLICA, em conformidade com a Resolução nº 7 do Ministério da Educação. Reconhecemos o empenho dos educadores, gestores e alunos na integração das atividades de extensão à formação acadêmica, o que promove uma significativa interação entre a universidade e a sociedade.

A visita técnica à Unidade Prisional de Ceres, orientada pelos professores de Direito Aline Muniz, Ana Paula e Xavier, é fundamental para sensibilizar os alunos sobre os desafios do sistema carcerário e a ressocialização. Agradecemos também aos profissionais que viabilizam o contato direto dos alunos com os órgãos da execução penal. Essas iniciativas são cruciais para formar profissionais éticos e comprometidos com a transformação social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018

FORPROEX. I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Conceito de extensão, institucionalização e financiamento. Brasília, 1987. <https://drive.google.com/file/d/13EtOdlgC82qZ14wUwkBH8NLtsTlx69Uy/viewh>. Acesso em 10/02/2023, 14h

FORPROEX. Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX) (2012). <http://www.proexc.ufu.br/legislacoes/2012-politica-nacional-de-extensao-universitaria-forproex-2012>. Acesso em 10/02/2023, 15h

FORPROEX. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX). Indicadores Brasileiros de Extensão Universitária (IBEU). Manoel Maximiano Juniors (orgs.) ... et al. Relatório de Pesquisa 2017. Campina Grande: Editora da Universidade Federal de Campina Grande – EDUFPG, 2017. <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/23913/1/texto%20completo.pdf>. Acesso em 10/02/2023, 16h